



Recomendações específicas por país de 2015: são necessários esforços adicionais para sustentar uma retoma forte

Bruxelas, 13 Maio 2015

Bruxelas, 13 de maio de 2015 – São necessárias mais ações a nível político para regressar a um crescimento sustentado. A Comissão Europeia adotou hoje as recomendações de políticas económicas específicas por país relativas a 2015 e 2016, nas quais solicita ações a nível nacional para a criação de empregos e incentivar o crescimento.

Estas recomendações são reflexo do programa económico e social da Comissão, que, desde que a Comissão liderada por Jean-Claude Juncker tomou posse em novembro de 2014 e publicou a sua [Análise Anual do Crescimento para 2015](#), se tem concentrado em três pilares que se reforçam mutuamente:

estimular o investimento, efetuar reformas estruturais e manter uma política de responsabilidade orçamental. Uma aplicação bem-sucedida das recomendações específicas por país para 2015 será essencial para que o regresso da Europa ao crescimento económico e do emprego seja sustentado e menos dependente dos [fatores cíclicos externos que estão na base da recuperação atual](#).

Valdis Dombrovskis, Vice-Presidente da Comissão responsável pelo Euro e pelo Diálogo Social, declarou: «*Consolidar a retoma económica europeia requer novas medidas estratégicas decisivas. Muitos EstadosMembros enfrentam desafios como níveis elevados de dívida pública e privada, baixa produtividade e falta de investimento, o que leva a um nível de desemprego elevado e à deterioração das condições sociais. A forma de enfrentar esses desafios é o verdadeiro tema das recomendações específicas por país adotadas hoje. De forma a incentivar a apropriação e aplicação a nível nacional, intensificámos a nossa relação com os governos, parlamentos e parceiros sociais, e procedemos a uma considerável racionalização e focalização das nossas recomendações.*»

Marianne Thyssen, Comissária para o Emprego, Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade dos Trabalhadores, comentou: «*Temos de aproveitar plenamente a oportunidade que este embrião de recuperação económica constitui para trazer os europeus de volta ao mercado de emprego. Os EstadosMembros devem aproveitar a dinâmica atual para concretizar reformas estruturais. Deve ser dada especial atenção às pessoas que ficaram para trás durante a crise, em especial os jovens e os desempregados de longa duração.*»

Pierre Moscovici, Comissário para os Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e União Aduaneira, afirmou: «*Pedimos hoje aos EstadosMembros que assegurem que a retoma económica em curso é mais do que um fenómeno sazonal. Desde o dia de tomada de posse da Comissão liderada por Jean-Claude Juncker, as nossas prioridades económicas têm sido incentivar o investimento, apoiar reformas estruturais e assegurar o prosseguimento de políticas orçamentais responsáveis. Não se trata de Bruxelas a dar lições aos governos através destas recomendações. Trata-se de incentivar os esforços nacionais para alcançar o crescimento económico e o emprego de que precisamos a nível coletivo.*»

Reforçar e racionalizar o Semestre Europeu

A Comissão Europeia procedeu a uma série de alterações no processo do Semestre Europeu, o calendário da UE para a coordenação das políticas económicas, com o objetivo de aumentar a apropriação política e responsabilização nos processos de tomada de decisões europeu e nacional.

Entre elas, destacam-se:

- maior incidência sobre as prioridades da [Análise Anual do Crescimento](#), com um menor número de recomendações dirigidas apenas a alguns domínios de intervenção prioritários.
- publicar mais cedo as [análises específicas por país e da área do euro](#), de forma a permitir um debate aprofundado com os EstadosMembros e os parceiros sociais sobre as questões fulcrais.
- uma maior [sensibilização](#) a nível político e técnico para a discussão de recomendações passadas e futuras.
- a adaptação do calendário no sentido de dar mais tempo a todos os intervenientes para debater e acordar prioridades numa perspetiva europeia e para as comparar, desse ponto de vista, aos

desempenhos nacionais.

As recomendações específicas por país de 2015

A Comissão formulou recomendações para 26 países e para o conjunto da área do euro [\[1\]](#), que são reflexo das seguintes prioridades:

- **promover o investimento** como forma de apoio ao crescimento futuro. Para tal, é necessário eliminar os obstáculos ao financiamento e lançar projetos de investimento, bem como a implementação célere do plano de investimento para a Europa da Comissão, no valor de 315 mil milhões de euros.
- concretizar **reformas estruturais** ambiciosas nos mercados dos produtos, dos serviços e do trabalho, aumentando a produtividade, a competitividade e o investimento. Ao promover a criação de emprego e o crescimento, estas reformas contribuirão para uma maior prosperidade e justiça social. As reformas do sector financeiro irão facilitar o acesso ao financiamento de investimentos e atenuar o impacto negativo da redução dos níveis de dívida nos sectores bancário, público e privado.
- prosseguir **políticas orçamentais responsáveis** que estabeleçam um equilíbrio entre a estabilização a curto prazo e a sustentabilidade a longo prazo. Os EstadosMembros com défices ou níveis de dívida elevados devem desenvolver esforços suplementares para equilibrar as suas contas, enquanto os EstadosMembros com margem de manobra orçamental devem tomar medidas para apoiar investimentos produtivos. As alterações na composição das finanças públicas deverão torná-las mais favoráveis ao crescimento.
- melhorar a **política de emprego e proteção social** no sentido de dar capacidades, apoiar e proteger as pessoas ao longo das suas vidas e de garantir uma maior coesão social como elemento fundamental de um crescimento económico sustentável.

As recomendações baseiam-se em análises pormenorizadas de cada país. Trata-se de orientações formuladas individualmente para os EstadosMembros, em resultado de um diálogo aberto com estes ao longo de todo o ano. Baseiam-se sobretudo na análise dos Relatórios por país da Comissão e nos programas nacionais de reformas e de estabilidade e convergência que são apresentados pelos EstadosMembros em abril, tendo igualmente em conta os dados mais recentes divulgados nas [previsões da primavera](#) da Comissão.

Como parte do pacote adotado hoje, foram igualmente aprovadas, no quadro do [Pacto de Estabilidade e Crescimento](#), várias decisões sobre as finanças públicas dos EstadosMembros. No seu todo, trata-se de um ambicioso conjunto de orientações e prioridades para a economia da UE.

Decisões em matéria orçamental

A Comissão Europeia recomendou hoje que o Conselho de Ministros da UE encerre o procedimento por défices excessivos (PDE) em relação a dois países, **Malta** e **Polónia**.

Ambos os países corrigiram já os seus défices excessivos. Na **Polónia**, o défice foi de 3,2 % do PIB em 2014, acima do valor de referência de 3 %. Nesse ano, sentiram-se ainda os efeitos de uma reforma sistémica do regime de pensões realizada em 1999, apesar de esta ter sido revogada por uma lei de dezembro de 2013. Tomando em consideração estes custos líquidos, originados em 1999, o défice em 2014 está abaixo de 3 % do PIB (2,7 % em 2015). Assim, a Comissão considera que a Polónia respeita o critério do défice do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Em **Malta**, o défice das administrações públicas foi reduzido para 2,1 % do PIB em 2014 e as previsões para 2015-2016 são de que irá permanecer abaixo de 3 %. Malta cumpriu também a regra relativa à dívida em 2014, uma condição necessária ao encerramento do PDE dado que este procedimento se baseou na violação tanto do critério do défice como da dívida.

No caso do **Reino Unido**, a Comissão recomenda ao Conselho que delibere no sentido de que o Governo não tomou medidas eficazes para cumprir a recomendação emitida em dezembro de 2009 segundo a qual este deveria ter corrigido o défice excessivo até ao exercício 2014-2015. Tal foi o caso porque o esforço orçamental desenvolvido esteve abaixo da recomendação de um nível anual médio de 1,75 % do PIB, tendo o défice do último exercício sido de 5,2 %. A Comissão recomenda que sejam facultados ao Reino Unido dois exercícios adicionais, até 2016-2017, para colocar o défice abaixo do valor de referência de 3 % do PIB.

A Comissão preparou também um relatório relativo à **Finlândia**, cuja conclusão é a de que este país não cumpre os critérios da dívida e do défice do Pacto de Estabilidade e Crescimento. O Comité Económico e Financeiro dará o seu parecer sobre esse relatório no prazo de duas semanas, posto o qual será tomada uma decisão sobre a abertura de um procedimento por défice excessivo.

A **França** está atualmente sob um procedimento por défice excessivo. No seu programa de

estabilidade para 2015, o Governo pretende corrigi-lo, reduzindo-o até 2017, em consonância com a [Recomendação do Conselho de 10 de março de 2015](#), na sequência da proposta da Comissão. O Conselho fixou o prazo de 10 de junho de 2015 para que a França tome medidas efetivas.

Situação dos EstadosMembros em relação ao procedimento por desequilíbrios macroeconómicos

Quadro 1. Situação dos EstadosMembros em relação ao procedimento por desequilíbrios macroeconómicos	
Categoria de PDM	EstadosMembros em 2015*
Sem desequilíbrios	Áustria, República Checa, Dinamarca, Estónia, Luxemburgo, Lituânia, Letónia, Malta, Polónia, Eslováquia
Desequilíbrios que exigem a adoção de medidas estratégicas e acompanhamento	Bélgica, Países Baixos, Roménia**, Finlândia, Suécia, Reino Unido
Desequilíbrios que exigem a adoção de medidas estratégicas decisivas e acompanhamento	Hungria, Alemanha
Desequilíbrios que exigem a adoção de medidas estratégicas decisivas e acompanhamento específico	Irlanda, Espanha, Eslovénia
Desequilíbrios excessivos que exigem a adoção de medidas estratégicas decisivas e acompanhamento específico	Bulgária, França, Croácia, Itália, Portugal
Desequilíbrios excessivos que exigem a adoção de medidas estratégicas decisivas e a ativação do procedimento por desequilíbrio excessivo	-

* Chipre e a Grécia estão sujeitos a programas de ajustamento macroeconómico.

** A Roménia está sujeita a um programa preventivo de assistência financeira.

Situação dos EstadosMembros no que respeita ao Pacto de Estabilidade e Crescimento

Quadro 2. Situação dos EstadosMembros no que respeita ao Pacto de Estabilidade e Crescimento a 13 de maio de 2015	
Sem procedimento por défice excessivo	Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Estónia, Alemanha, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Roménia, Eslováquia, Suécia
Revogação do procedimento por défice excessivo	Malta, Polónia
Procedimento por défice excessivo em curso	Croácia, Chipre, França, Grécia, Irlanda, Portugal, Eslovénia, Espanha,
Novo prazo: 2016-2017	Reino Unido
Consideração da possibilidade de abrir um novo procedimento por défice excessivo	Finlândia

Próximos passos

Os ministros da UE discutirão as recomendações específicas por país em junho, as quais serão aprovadas pelos chefes de Estado e de Governo a 25-26 de junho e adotadas formalmente em julho. A aplicação das recomendações caberá então aos EstadosMembros, que as deverão incluir nas suas políticas nacionais e orçamentos para 2015-2016.

Para mais informações:

[Recomendações específicas por país de 2015](#)

[Decisões no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento](#)

[Memorando sobre recomendações específicas por país](#)

[Memorando sobre decisões orçamentais](#)

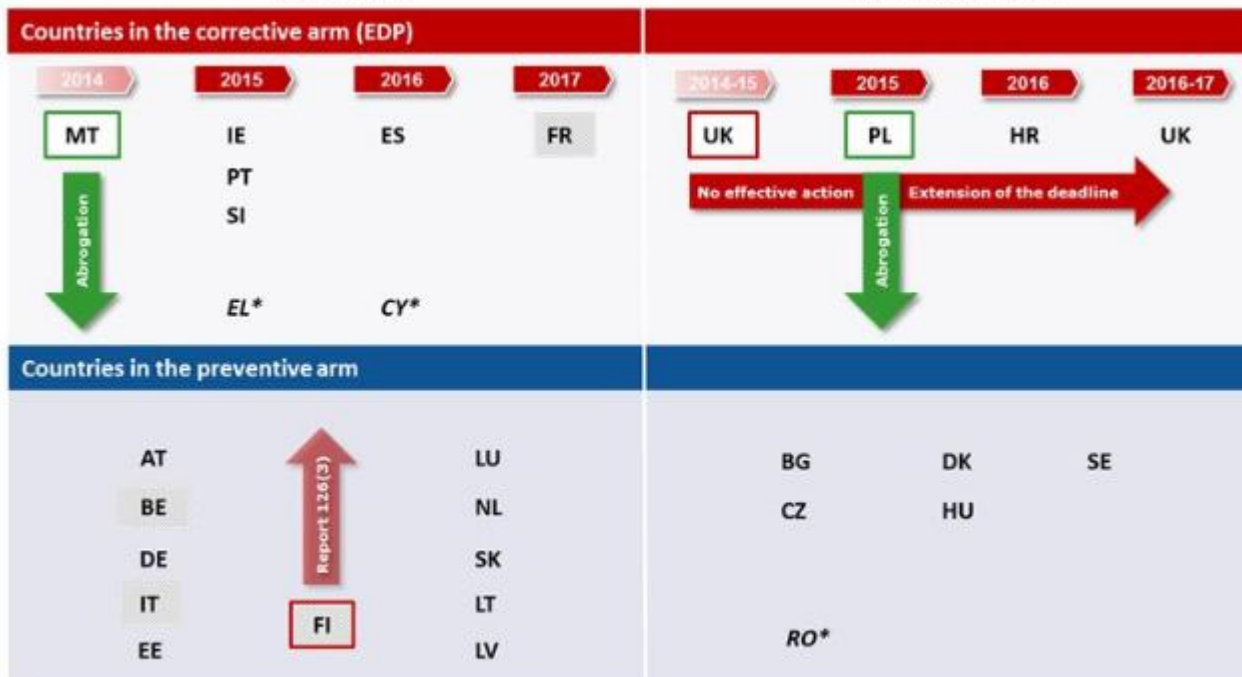
[Fichas temáticas sobre as áreas mais importantes](#)

OVERVIEW OF CHALLENGES COVERED IN THE EU COUNTRY-SPECIFIC RECOMMENDATIONS FOR 2015-2016

	Public finance and welfare systems			Financial sector			Labour market			Product and service markets		Education	Social inclusion	Administration	
	Public finances	Taxation	Pension system	Healthcare system	Banking and access to finance	Housing and private equity	Labour market	Labour taxation	Wage setting	Services and network industries	Innovation and business environment	Education and skills	Poverty and social inclusion	Administrative modernisation and rule of law	
AT															AT
BE															BE
BG															BG
CZ															CZ
DE															DE
DK															DK
EE															EE
ES															ES
FI															FI
FR															FR
HR															HR
HU															HU
IE															IE
IT															IT
LT															LT
LU															LU
LV															LV
MT															MT
NL															NL
PL															PL
PT															PT
RO															RO
SE															SE
SI															SI
SK															SK
UK															UK
Euro area															Euro area

EURO AREA

NON-EURO AREA



Member States for which legal steps were adopted by the Commission in the context of the February package.

Member States for which legal steps will be adopted by the Commission in the context of the May package.

*Member States under programme.

[1] A Grécia e o Chipre estão a aplicar programas de ajustamento macroeconómico, pelo que não são alvo de recomendações.

IP/15/4975

Contactos para a imprensa

[Annika BREIDTHARDT](#) (+ 32 2 295 61 53)

[Annikky LAMP](#) (+32 2 295 61 51)

[Tove ERNST](#) (+32 2 298 67 64)

[Audrey AUGIER](#) (+32 2 297 16 07)

Perguntas do público em geral:

[Europe Direct](#) pelo telefone [00 800 67 89 10 11](#) ou por [e-mail](#)

Attachments

[OVERALL PICTURE OF ALL MSS .pdf](#)

[OVERVIEW OF CHALLENGES COVERED IN THE EU COUNTRY.pdf](#)